

GES
PCP

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

AGRAVA-SE A ECONOMIA DO PAÍS O ministro das Finanças não o consegue esconder...

No Relatório sobre a Lei dos Meios para 1964, em que toda a política económica e financeira é subordinada às exigências da guerra colonial, o senhor ministro das Finanças, professor Pinto Barbosa, faz afirmações que correspondem à confissão da ruínosa situação económica do país criada pelo governo salazarista.

A ruína da agricultura

O senhor ministro reconhece o agravamento dos males crónicos de que sofre a lavoura nacional, onde se ocupa mais de metade da população portuguesa e que, juntamente com a pesca, contribui apenas numa quarta parte (25,5%) para o produto nacional bruto. O seu crescimento arrasta-se na baixíssima taxa média anual de 2,4 por cento.

O ministro das Finanças atribui esta situação ao reduzido volume de investimentos e de mão-de-obra qualificada. Como um factor de segunda ordem, confessa também que a actual estrutura da propriedade é incompatível com um mais completo aproveitamento dos recursos materiais do país.

Isto confirma a justeza daquilo que o Partido Comunista tem afirmado ao preconizar uma Reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha como medida radical para a solução dos múltiplos problemas da lavoura, dos camponeses e dos trabalhadores agrícolas do nosso país.

A falência do II Plano de Fomento

O Ministro das Finanças confessa que «os capitais privados não ocorreram na medida em que se previu ao financiamento dos empreendimentos englobados no II Plano de Fomento» e que as fontes públicas de financiamento foram a principal origem do financiamento dos empreendimentos levados a cabo.

Dos investimentos previstos no Plano para 1963, 4.223.700 contos, só tinham sido financiados no primeiro semestre 316.000 contos e destes, 84 por cento tiveram origem nas chamadas fontes públicas, isto é, o Orçamento geral de Estado e as instituições de Previdência!

Consultando os números publicados, verifica-se que o governo salazarista utilizou abusivamente, só no primeiro semestre do ano, 190.000 contos dos fundos da Previdência e 6 mil contos do Fundo de Desemprego arrancados aos magros salários dos trabalhadores, para o financiamento de empresas capitalistas! Quanto ao capital privado, verificou-se maior retraimento que nos anos anteriores...

Mais de 7 milhões de contos será o déficit da balança comercial

Segundo o mesmo Relatório, o déficit crónico da balança comercial da metrópole atingirá este ano mais de 7 milhões de contos.

Como é sabido, estes déficits costumam ser cobertos com os rendimentos dos chamados «invisíveis» constituídos pelo rendimento do turismo e das remessas dos emigrantes, mas principalmente com o resultado da exploração colonial que em 1961 e 1962 atingiu um total de 5 milhões de contos.

Sucedem, porém, que desde o começo da guerra colonial o rendimento da exploração das riquezas coloniais não chega para compensar o aumento brutal das despesas originadas pela guerra. Por isso, ao tradicional déficit da balança comercial junta-se nos últimos anos um déficit na balança de pagamentos o qual tem de ser coberto com o agravamento dos impostos arrancados ao já baixíssimo nível de vida do povo português.

O povo pagou em 1962 7.480.000 contos de impostos indirectos!

Pelos números publicados, verifica-se que o volume dos impostos

no ano de 1962 se elevou a perto de 15 milhões de contos. Deste total, o povo trabalhador (a principal massa consumidora) pagou cerca de 7 milhões e meio de contos de impostos indirectos (imposto sobre as mercadorias de consumo corrente e outros). Em relação a 1960 verificou-se um aumento nos impostos indirectos de 1.842.000 contos ou seja, 32 por cento! Em contrapartida, os impostos directos, pagos principalmente pela grande e média burguesia, aumentaram apenas em cerca de 15 por cento.

Estes números demonstram que o maior peso dos impostos criados a partir de 1961, para fazer face às despesas com a guerra colonial, caíram principalmente sobre as massas trabalhadoras e suas famílias. Na verdade, em 1962, pela primeira vez na história das contas públicas, os impostos indirectos constituem mais de metade do total dos impostos (50,3 por cento).

Tudo indica que no ano corrente esta situação se agravou ainda mais pelo que se tem verificado no aumento do custo de vida. Das intenções do governo para 1964, fala o próprio ministro das Finanças no seu Relatório, ao dizer que «no decurso do próximo ano podem vir a tornar-se prementes sacrifícios que de momento ainda se não tornam necessários»... e que «se prevê o (continua na 2.ª pág.)

OS STOPS DA P.V.T. causam prejuízos à população

Os stops gigantescos levados a cabo pela Polícia de Viação e Trânsito, sendo na aparência apenas operações de utilidade pública, enquadram-se na campanha repressiva desencadeada pelo governo salazarista contra o povo português e causam prejuízos à Nação.

É bem de ver, que se a P.V.T. estivesse simplesmente interessada em procurar carros roubados, não teria mais que, vigiar as matrículas, ou os carros das marcas dos desaparecidos. Para procurar indocumentados ou pessoas em falta tem inúmeros postos e brigadas volantes que seriam e são mais que suficientes. É por isso, que se é levado a concluir que, a actividade em que a P.V.T. tem estado empenhada vai muito para além das suas atribuições. Só isto pode explicar que se organizem stops como aquele a que chamaram, «Operação Portugal», que abrangem a totalidade do país, demorou 27 horas e no qual foram controlados mais de 125.500 carros e perto de 24.300 ciclistas! Já antes, Lisboa e Porto tinham estado submetidas, durante toda uma noite cada, a stops do mesmo género, onde foram abordados mais de 5.500 e 3.000 carros, respectivamente, sendo portanto incomodados e prejudicados num só mês centenas de milhares de pessoas!

Por outro lado, a desenfreada perseguição que esta polícia tem conduzido contra milhares e milhares de ciclistas, gente do povo, que vive cheia de dificuldades, aplicando, muitas a esmo pelas coisas mais insignificantes, é outro aspecto reproável de actividade que tem vindo a desempenhar nos últimos tempos, parecendo que esta polícia deixou de ter qualquer papel na boa marcha do trânsito nas nossas estradas para se dedicar apenas à aplicação de multas e colaborar na acção repressiva do governo.

Os automobilistas, ciclistas e todas as pessoas que são incomodadas pelos agentes da P.V.T. devem encontrar formas de lhes fazer sentir, pelo menos aqueles que se destacam pelo seu rigor contra o povo ou colaborem em acções de tipo repressivo, o seu descontentamento e reprovação pelo vergonhoso papel que estão a desempenhar.

Por outro lado, os homens honrados da P.V.T. todos aqueles a quem repugna o papel anti-popular e anti-patriótico, para que o governo os pretenda arrastar, devem encontrar formas de resistir às ordens dos comandos fascistas e de todos aqueles que pretendem transformar a corporação em instrumento de repressão popular.

Devem igualmente, encontrar formas de ajudar os democratas que, possam estar debaixo de vigilância.

Homens da P.V.T. resisti às ordens dos fascistas inimigos da Pátria. Vós também sois filhos do povo!

Liberdade

PARA MANUEL RODRIGUES DA SILVA

Manuel Rodrigues da Silva tem mais de 23 anos de prisão!
Manuel Rodrigues da Silva terminou a pena há mais de 6 anos!

Manuel Rodrigues da Silva está gravemente doente!
Manuel Rodrigues da Silva deve ser imediatamente libertado!

As comemorações do 5 de Outubro SOB A REPRESSÃO POLICIAL

A gloriosa data do 5 de Outubro, sempre tem servido duma maneira ou doutra, para os democratas portugueses, reforçarem a unidade entre si e recordarem aqueles que em 1910, se ergueram para acabar com a monarquia, que governava então, como governa hoje Salazar, contra a vontade e os interesses da maioria esmagadora da Nação.

As comemorações deste ano, muito embora não tivessem a grandeza que tiveram em outros anos nos centros mais importantes do país, representaram mesmo assim, uma importante jornada no caminho da unidade e da luta contra o fascismo.

Metralhadoras, ódio e prisões contra a alegria popular!

Alpiarça: Respondendo à alegria do povo, que para comemorar a data da implantação da República, fez subir ao ar no dia 4, alguns foguetes, as forças repressivas dispararam as metralhadoras que só por feliz acaso não ocasionaram vítimas! Com esta brutalidade pretendiam as forças policiais impedir as comemorações do dia 5, mas os valentes trabalhadores de Alpiarça responderam à provocação com uma paralização total de trabalho, dando com ela, mais um belo exemplo de combatividade.

Silves: Os democratas locais, com o apoio das massas, tinham marcado uma concentração na Praça da República para o fim da tarde. As forças repressivas ocuparam a cidade durante todo o dia, impedindo as pessoas de se juntarem ou pararem nas ruas, tendo ainda assaltado várias casas e prendendo cerca duma dezena de pessoas. A maioria dos trabalhadores não trabalhou neste dia.

Alcanena: Como nos anos anteriores o povo fez do 5 de Outubro, um dia de confraternização e alegria. Depois de se prestar homenagem aos heróis da República com a romagem à campina dum democrata da terra, realizaram-se festejos populares, com provas desportivas, baile na Praça Pública, queima de foguetes, etc. Tentando impedir estas festas, a GNR, ainda prendeu um democrata que o povo obrigou a libertar. A unidade e combatividade do povo de Alcanena, voltou a impor-se dias depois obrigando a libertar o mesmo democrata que de novo havia sido preso. Em muitas outras terras a repressão e as demonstrações de força fizeram-se sentir fortemente, como no Porto, Évora, Grândola, Couço, etc.

Unir e organizar, tarefa de todos os patriotas

Viséu: No jantar de confraternização republicana realizado nesta cidade, e no qual participaram 120 democratas representando quase todos os concelhos do distrito, as passagens dos discursos mais entusiasticamente aplaudidas, foram aquelas que defendiam a unidade e organização de todos os anti-salazaristas. O espírito unitário que reinou neste jantar, marca uma importante vitória democrática dos

(continua na 3.ª pág.)



Agrava-se a economia do país Mais uma tragédia enlutou os pescadores portugueses

(continuação da 1.ª da pág.)

eventual recurso a medidas de excepção se no decurso do ano se reconhecer a insuficiência ou a escassez de alguns resultados». Estas não são, aliás, ameaças vãs!

Ainda mais impostos para o próximo ano!

O Art. 11.º da Proposta de Lei agora apresentada à Assembleia Nacional, está assim redigida: «O governo no ano de 1964 deverá promover a substituição do actual imposto sobre os consumos supérfluos ou de luxo por um imposto sobre o valor das transacções, com isenção das relativas a produtos alimentícios, matérias primas, ferramentas, máquinas industriais, artigos escolares, medicamentos e outros que devam considerar-se de consumo primário». É evidente, que uma tal modificação neste imposto de guerra não vai beneficiar em nada o grande público, mas ao contrário, se até aqui o imposto se applicava só a determinados objectos, passará depois a incidir sobre as compras em geral, salvo algumas excepções. O povo português que na altura da criação deste imposto, obrigou o governo a recuar, deve preparar-se de novo para lutar contra o roubo que se prepara.

O chamado imposto complementar é alargado igualmente. Na aparência este imposto recai apenas sobre as classes mais favorecidas, mas na verdade não é assim que as coisas se passam. O «Avante» 303 de Julho de 1961, referindo-se a este imposto, dizia muito justamente, «é lei do capitalismo monopolista transferirem-se para encargos do povo os novos impostos ou taxas lançados sobre a classe social dominante, por meio de subsequentes aumentos dos preços das mercadorias e serviços». Logo a seguir acrescentava-se: «Os novos impostos que agravarão ainda mais

a miséria das classes trabalhadoras, têm como objectivo fazer face às crescentes despesas com a guerra colonial». Esta verdade dita pelo Partido Comunista Português em Julho de 1961, tem sido plenamente confirmada na prática, desde então, os preços não têm deixado de subir, as dificuldades das classes menos favorecidas não têm deixado de aumentar e a grande burguesia apesar de alijada pelo imposto complementar não tem deixado de enriquecer cada vez mais.

Com a bizarra justificação, «de impedir que a propriedade ociosa de terrenos para a construção com a finalidade puramente especulativa contribua para entravar o desenvolvimento da determinadas regiões do país», «solicita-se da Assembleia Nacional autorização para instituir e cobrar já no ano de 1964 um imposto destinado a onerar a propriedade de terrenos para a construção situados nas zonas de rápido desenvolvimento regional». Escusado será dizer, que com mais este imposto, depois dos que as Câmaras já lançaram e da especulação que elas próprias têm feito na venda de terrenos para construção, as rendas darão mais um salto e os trabalhadores terão novas dificuldades por encontrar casa compatível com o seu orçamento.

Esta situação e a perspectiva de novos e maiores sacrifícios para o povo português, prometidos pelo ministro das Finanças, mostram mais uma vez a necessidade de derrubar o governo de Salazar e liquidar o domínio dos monopólios como condição fundamental para garantir o Progresso, a Democracia e a Paz ao povo português!

Como os jornais de 25 de Novembro noticiaram, mais uma grave tragédia enlutou a abnegada classe piscatória, e com ela mais de duas dezenas e meia de famílias ficaram reduzidas à miséria por mais que as autoridades digam que foram tomadas todas as medidas para as socorrer.

Porque acontecem com tanta frequência tais desastres? Sem dúvida, que a faina do mar é arriscada e que os perigos são maiores que em muitas outras profissões, mas desastres como o que agora ocorreu devem-se quase exclusivamente à miséria e falta de protecção em que vivem e trabalham os pescadores de toda a costa.

Se os pescadores tivessem um salário assegurado para os períodos de defeso e para quando está mau tempo, eles não se aventuravam a sair para o mar, quando está marcado o sinal de perigo. Por outro lado, porquê as autoridades e armadores

quando sabem que a vida dos pescadores corre perigo os deixam sair para o mar? A resposta só pode ser uma. É que aos armadores que amassam grossas fortunas à custa do trabalho dos pescadores e o governo que cobra pesados impostos sobre o pescado pouco interessa os perigos que os pescadores possam correr. Assim, as responsabilidades desta e outras tragédias cabem inteiramente ao governo fascista e à ganância dos armadores.

Pescadores Portugueses! O Partido Comunista Português, partido de todos os trabalhadores, associa-se inteiramente à vossa dor e indignação e apresenta às famílias das vítimas as mais sentidas condolências. Ao mesmo tempo incita-vos a lutar por um salário mínimo para todos os dias do ano, por um seguro de vida que garanta aos vossos filhos, esposas e mães a certeza que em caso de desastre não ficam logo a braços com a miséria. Para tudo isto, como para melhores percentagens nas pescas, para o abono de família a que tendes direito chegam e sobram as centenas de milhares de contos arrancados ao vosso trabalho, todos os anos.

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL ajuda a luta do nosso povo

A solidariedade internacional à luta pela Amnistia e contra as prisões e os maus tratos sofridos pelos presos políticos no nosso país alarga-se e constitui uma ajuda muito valiosa à luta do povo português.

Numerosas organizações e individualidades inglesas têm enviado protestos à embaixada da Portugal, em Londres. Dentre eles citaremos: Secções de Hull, Kingston, Clichhurst e Lower Mitchen Ward, do Partido Trabalhista; e Assembleia dos Sindicatos de Cowdenbeath, a Sociedade Cooperativa de Londres, o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação e a Secção do país de Gates do Sindicato Nacional dos Mineiros; bispo de Southwark; o deputado à Câmara dos Comuns, Sr. L. Pavitt, Mrs. Judith Hart (deputada aos Comuns), Lady Plumer e muitos outros no mês de Julho, o Comité Britânico pela Amnistia em Portugal, fez um apelo à classe médica inglesa para que se solidarizasse com os colegas portugueses presos. Este apelo foi publicado no jornal «Tribune» de 2 de Agosto. O Sindicato dos praticantes de Medicina e a Associação Socialista dos Médicos, protestaram contra estas prisões e as conhecidas medidas de segurança.

A mesma atitude tomaram várias associações, como a Liga Belga dos Direitos do Homem, a Associação Internacional dos Advogados Democráticos, vários editores e escritores de Londres e alguns sindicatos, contra as prisões do advogado Dr. Duarte Turras e o editor Viriato Camilo, que tinham sido anunciadas também nos jornais «Daily Mirror», «Times», «Guardian», etc. O Sindicato de Londres dos Mecânicos e Técnicos que representa 8.500 profissionais, protestou contra a recusa do embaixador em receber uma delegação, e adoptou alguns presos políticos portugueses, são eles os camaradas Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, José Vitoriano, Fernando Blanqui Teixeira e Maria Alda Nogueira.

A revista da Federação Sindical Mundial,

do mês de Julho, toma posição em defesa dos democratas portugueses encarcerados e publica um telegrama que enviou a Salazar reclamando Amnistia geral para os presos políticos portugueses.

Em Itália onde a luta pela Amnistia em Portugal tem tomado grande vulto, realizou-se um comício (pela libertação dos presos políticos portugueses,) patrocinado pela revista Europa Literária, tendo-se reclamado também a libertação dos escritores recentemente presos.

Do Congresso Mundial das Mulheres, chegou agora até nós as saudações de fraternal solidariedade à luta pela Amnistia em Portugal, das delegações de Moscovo, Brasil, Dinamarca e Suécia.

O carinho e entusiasmo que tem merecido internacionalmente a causa dos presos políticos portugueses estão bem patentes na efusão de Mrs. Ward, do Comité Britânico pela Amnistia em Portugal, numa carta dirigida ao embaixador português, em Londres, e divulgada em jornais londrinos e na BBC: «Enquanto existirem presos políticos em Portugal, nós continuaremos a campanha para sua libertação e divulgação, a público, de tudo o que a eles se refere».

Também do Brasil, nós chegamos inúmeras manifestações de solidariedade, de entre as quais destacamos a do presidente do Sindicato dos Empregados Bancários de São Paulo, que em mensagem especial enviada aos presos políticos por ocasião do 5 de Outubro, diz em certa altura: «Podeis estar certos, todos vós, companheiros encarcerados nos presídios salazaristas, que estamos convosco, que não arrefeceremos na luta que travamos pela denúncia dos crimes dos vossos algozes e pela vossa amnistia, pela vossa liberdade».

É preciso que no nosso país, a luta pela Amnistia e de assistência aos presos políticos continue a ser digna desta solidariedade internacional. Exijamos Amnistia! Escrevamos por todo o lado: AMNISTIA! AMNISTIA!

PORTUGAL continua à venda

Com o intervalo de 6 dias, chegaram ao nosso país duas delegações japonesas com o objectivo de «estabelecer contactos com as actividades e círculos económicos e financeiros portugueses», isto para dar, segundo diziam «incremento ao intercâmbio luso-japonês».

Recentemente esteve igualmente no nosso País, o director do Banco Nacional da Alemanha Ocidental que realizou conversações com Salazar e outras altas personalidades do governo e da banca portuguesa. Do conteúdo destas conversações, como das negociações acordadas com os representantes dos monopólios japoneses, nada transpirou. Mas é de admitir que: Das conversações possam ter saído novos empréstimos para a manutenção colonial. Dos negócios, a possível montagem de novas empresas que subordinarão cada vez mais a nossa independência económica e política aos monopólios internacionais.



Transmite diariamente das 19 às 19,30 e das 21,15 às 21,45 em 32 metros e das 23,30 às 23,50 em 36, 40 e 43 metros.

Ao domingo, uma emissão especial, dedicada aos camponeses e agricultores, das 12 às 12,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

MOSCOVO: Diariamente, em português, das 18,30 às 19 e das 19,30 às 20 horas pelas ondas de 31, 41 e 49 metros.

HÁ DOIS ANOS a PIDE assassinou José Dias Coelho

No dia 10 de Dezembro, faz dois anos que foi assassinado a tiro, na Rua dos Lusíadas, em Lisboa, o nosso camarada José Dias Coelho, pelos agentes da PIDE, Pedro Ferreira e Manuel Lavado, chefiados pelo criminoso José Gonçalves.

Membro da Direcção Regional do Partido Comunista Português, José Dias Coelho tinha renunciado à sua profissão de escultor para dedicar a sua vida à luta pela libertação do nosso povo;

Com a sua morte perdeu o Partido um destacado militante e o nosso povo um artista prometedor. Será esse mesmo povo que o saberá vingar no dia da liberdade. Os criminosos não escaparão ao ódio do povo, à sua justiça!

INSCRIÇÕES: uma forma de luta a alargar

Nos últimos tempos têm sido feitas numerosas inscrições nas estradas e muros de muitas terras do país, salientando-se entre elas: Montemor-o-Novo, Barreiro, Faro, Portimão, Aljustrel, Pias, Couço, Évora, Ervidel, Alvalde, Messejana, Benavita, Aviz, Alcórrego, Baleizão, Selmes, etc. Estas inscrições, algumas de grandes dimensões e feitas a cal e gazolina ou petróleo, ou nitrato de prata, aguentam-se por largos dias e constituem um verdadeiro quebra-cabeças para as autoridades fascistas.

As inscrições nas estradas e muros de Portugal são uma das formas mais eficientes de agitação. Através delas podem mobilizar-se as massas para uma determinada luta, desmascarar-se a política terrorista do governo, dar-se uma ideia de disposição de luta do povo, destruir-se perante os turistas estrangeiros a mentirosa propaganda salazarista.

Dada a importância das inscrições para o Levantamento Nacional Popular, apelamos para o povo português para que elas sejam intensificadas cada vez mais e por todo o país.

Que se escreva por todo o lado: Fora Salazar! Abaixo a guerra colonial! Liberdade para os presos políticos!

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Emissora portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional, ao serviço da luta anti-fascista e anti-colonialista!

Emite TODOS OS SÁBADOS a partir das 23,15 em 25 metros, onda curta e 320 metros, onda média.

Rádio Bucareste: Diariamente, em português, das 20 às 20,30 h. em 31 e 41 metros.

PRAGA: Diariamente em português, das 21,30 às 22,30 h. em 25, 31, 41 e 49 metros.

Abaixo a repressão! FORA SALAZAR E A SUA MATILHA POLICIAL

A brutalidade da ofensiva policial contra o povo português, desencadeada há já bastante tempo, tem aumentado de intensidade nos últimos meses, raro sendo o dia em que as agências internacionais não notificam novas prisões.

Em manifesto publicado no mês de Novembro pela Comissão Executiva do C. Central, assinala-se que desde Maio a Outubro, foram presos numerosos intelectuais, entre os quais se contam, médicos, engenheiros, cientistas, arquitectos, advogados. Depois disto muitos outros o foram igualmente como Alves Redol, Alberto Ferreira, Miguel Torga, Luís de Azevedo e mais recentemente, Dr. Dias Amado, Dr. Cal Brandão, cineasta Manuel de Oliveira e o escritor Urbano Tavares Rodrigues.

No curto espaço de 6 a 7 meses, centenas de operários e outros trabalhadores têm sido igualmente presos e espancados pela PIDE e GNR.

5 DE OUTUBRO

(continuação da 1.ª pág)

anti-salazaristas de Viseu.

Castelo Branco: Também duas dezenas e meia de democratas desta cidade, realizaram num café local, um jantar de confraternização. Nos brindes e discursos, a que se associaram os clientes normais do café, as passagens mais aplaudidas, foram igualmente aquelas que defendiam a unidade sem discriminações e uma forte organização.

Alenquer: 40 democratas reuniram-se num jantar do 5 de Outubro, onde entre outras coisas se discutiu a necessidade da participação das massas populares na luta pela democracia.

Também entre os emigrados portugueses se comemorou o 5 de Outubro. Em Paris, como em S Paulo, Argel, etc., se defendeu o alargamento da unidade e a organização de todas as forças democráticas e patrióticas.

O Partido Comunista Português, que sempre tem defendido uma larga unidade e forte organização democrática congratula-se com o espírito unitário que presidiu às comemorações deste ano e saúda o povo trabalhador, que em algumas terras do país soube demonstrar mais uma vez a sua combatividade e o seu papel de vanguarda na luta pela democracia.

A REUNIÃO DO C. C. e os Estatutos do Partido

De acordo com resoluções anteriormente tomadas, vai sair brevemente uma nova edição dos Estatutos. Dado haver nela alterações de certa importância, tanto no que se refere à estruturação, como ao conteúdo, o C. C. chama a atenção de todos os camaradas no sentido de se proceder ao seu estudo e análise crítica.

Este jornal representa muitos esforços e perigos. Não o destruais! Passa-o a uma pessoa de tua confiança ou larga-o onde possa ser apanhado por algum trabalhador!

Uma centena de pessoas foi presa na Baixa da Banheira; em Almada cerca de 60, em Lisboa perto de 100 pessoas, em Silves e Miranda do Douro mais de uma dezena, em Rio Frio (Montijo) foram presos 15 trabalhadores e mais 5 em Alpiarça. Isto quer dizer que nas prisões até agora apuradas a média é superior a 10 prisões por dia!

A vaga repressiva vai do Norte ao Sul do País

Bragança, foi assaltada a casa dum advogado que conseguiu fugir para o estrangeiro; Fafe, foi preso e tem sido torturado um agente técnico; Porto, foram presos recentemente vários anti-fascistas, pelo menos dois têm estado a ser torturados; Coimbra, vários estudantes e mulheres foram ou estão a ser julgados por actividades políticas; Tomar, foram efectuadas prisões nesta cidade; Torres Vedras, a Pide continua a efectuar prisões nesta laboriosa Vila; Lisboa, continua a ofensiva policial, dezenas de trabalhadores e intelectuais têm sido presos nos últimos tempos; Barreiro, continuam as prisões e a apertada vigilância aos trabalhadores e democratas; Couço, a GNR e Pide rondam noite e dia, provocam as pessoas tirando o sossego à população; Mora, a GNR faz emboscadas e assalta as pessoas em plena estrada; Portalegre, a GNR controla os transportes que entram e saem da cidade, o mesmo acontecendo em Extremoz e Vila Viçosa; Évora, a vigilância aos bairros exteriores é constante, na véspera do 5 de Outubro foi feito um desfile militar para amedrontar a população; Montemor-o-Novo, foram presas duas pessoas e realizadas rusgas em tabernas e estabelecimentos nocturnos antes da visita do Tomás; Grândola, no 5 de Outubro a vila esteve ocupada pelas forças repressivas, alguns trabalhadores têm sido assaltados na rua; Aljustrel, a GNR e Pide provocam e espancam os mineiros ameaçando-os por divulgarem estas ilegalidades; Beja, aqui como em muitas outras terras têm continuado as provocações dos chamados centuriões, novo nome porque se conhecem os Pides; Baleizão, por causa duns foguetes deitados no 5 de Outubro nem o padre e sacristão escaparam de ser incomodados pela GNR; e por toda a província do Algarve é geral a vigilância nas estradas e transportes.

Como se dizia no manifesto da Comissão Executiva, vive-se no país um ambiente de guerra civil. «As manifestações de descontentamento popular e às reivindicações dos trabalhadores, o governo responde com a investida brutal das forças repressivas, que invadem as fábricas, os bairros, povoações e aldeias de Portugal, espalhando o terror e o crime».

Toda esta ofensiva policial tem em vista esmagar a revolta sempre crescente que lavra entre as massas, esquecendo-se Salazar e a sua camarilha que quando um povo se decide a conquistar a liberdade não há repressão por mais brutal que seja que o faça recuar.

Basta de repressão!
Exijamos a libertação de todos os presos políticos!

A LUTA DOS TRABALHADORES I

Contra a produtividade

Na Cuf (Barreiro) são cada vez mais frequentes os slogans apelando para uma maior produtividade. Os encarregados dizem que se não houver aumento de produção, não haverá o aumento de salários desejado. Mas os operários sabem que os aumentos de produção se traduzem numa maior exploração e reagem contra ela. Foi o que aconteceu na secção têxtil. Por estarem alguns operários de licença, constituíram-se grupos de 3 homens para as máquinas em vez dos 4 do costume. Não contente com isso, a gerência queria a mesma produção. Os operários não consentiram nessa exploração e a produção baixou, como era natural.

Também em várias secções da Zona Têxtil, os operários em reunião colectiva exigiram que o seu delegado reivindicasse junto do patrão o pagamento do 7.º dia e subsídio de férias.

Trabalhadores da C.U.F.! Reforçai a vossa luta contra a produtividade e por aumento de salários.

Uma vitória

Na Calandra da Vitória, os operários tinham entregado na gerência um abaixo-assinado, exigindo o pagamento do feriado do dia de S. João, recusando-se a dar horas extraordinárias para o compensar.

Furiosos com a atitude corajosa dos operários, os patrões despediram um operário, como represália, ameaçaram mais despedimentos e começaram a admitir novos operários. Mas estes entraram mais bem pagos, o que levou os antigos a travarem nova luta pelo nivelamento de salários. Devido à sua firmeza, os patrões cederam e os trabalhadores desta empresa conquistaram mais um aumento de salários.

Operários da Calandra da Vitória! Só a unidade e a luta impedirão novos despedimentos.

Solidariedade AOS POVOS DA AMÉRICA LATINA

No passado mês de Outubro, foram presos na Venezuela, entre outros, os camaradas Gustavo Machado, secretário do Partido Comunista da Venezuela, Eduardo Machado, Jesus Faria e Pompeo Marquez, membros da Direcção do Partido.

Mais recentemente novos dirigentes e destacados camaradas têm sido presos! O ódio da reacção venezuelana e dos imperialistas a estes valorosos combatentes pela democracia e independência da sua Pátria, é muito grande. As suas vidas correm, por isso, grave perigo.

Num comício de solidariedade aos trabalhadores da América Latina vítimas da repressão imperialista, o camarada Álvaro Cunhal, intervindo, levou a esses irmãos de luta e sofrimento a solidariedade do povo português, vítima igualmente da opressão e exploração imperialista.

Solidarizemo-nos com a luta dos povos da Venezuela e toda a América Latina!

A vida nos campos

O desemprego e a fome alastram por todo o Alentejo. Na ansia de arranjar trabalho os homens abandonam as suas terras e vão procurar noutras o sustento para si e para os seus. A miséria cresce com rapidez nos seus lares. Mas os operários agrícolas do Alentejo não perdem a coragem e valentemente unidos e organizados têm lutado contra as injustiças de que são vítimas.

Em MONTEMOR-O-NOVO — o desemprego é de 70%, e os que trabalham ganham a miséria de 20 e 24\$00. Os trabalhadores têm-se concentrado na Casa do Povo.

Um grupo de homens desta vila que tinham sido contratados por 8 semanas a 45\$00 e com um horário de 8 horas, abandonaram o trabalho e protestaram junto do Tribunal de Trabalho por lhe recusarem as condições estipuladas.

Em PIAS — um grupo de homens que trabalhavam por conta do agrário Ascensão Cabral, recusaram-se a pegar no trabalho por o agrário ter baixado a jorna de 25\$ para 20\$00. Na herdade das Barreiras, um grupo de 30 mulheres abandonou o trabalho por o agrário querer que trabalhassem mais horas que as estipuladas.

Também na herdade de Alpendres, um grupo de trabalhadores a quem o patrão combinara pagar 25\$00, largaram o trabalho porque o agrário baixou a jorna para 20\$00.

Em ALCÁCER DO SAL — Na herdade da Gachinha um rancho de homens e mulheres que andavam na ceifa do arroz, como o patrão não cumprisse com o horário combinado, largaram o trabalho e protestaram. O agrário acabou por ceder e voltaram ao horário que tinham.

ÉVORA — crê-se que neste distrito existem 40 a 50 mil desempregados, pois só uma minoria tem conseguido trabalho dado pela Câmara que paga o miserável salário de 24\$00.

Em VALE DE FIGUEIRAS — existem cerca de 40% de trabalhadores sem trabalho. Há também elevada percentagem de desempregados em Extremoz, Santa Vitória, Sousel, Escoural, Urre, Menforte, Alegrete, S. Julião, Casto, Aller do Chão, Portalegre, Borba, Vila Viçosa e Bencatel.

Em Alcórrego, Benavila e Avis, também existe desemprego um pouco atenuado pelos trabalhos nos estrados, os quais são pagos com jorna muito baixas.

Fome, miséria, sofrimentos sem conta é o que representa para os trabalhadores do Alentejo esta falta de trabalho e exploração. Trabalhadores do Alentejo! Não deveis consentir nesta situação! Continuai unidos, firmes e corajosos na vossa luta por trabalho, pelo horário dos 8 horas e pelo contrato colectivo de trabalho que vos garanta trabalho todo o ano.

Protestai junto das Câmaras, Casas do Povo e outras autoridades, contra o desemprego. Exigir trabalho ou pão!

O QUE SE CHAMA UMA SOVA BEM DADA

Na herdade de Rio Frio (Montijo) os trabalhadores ganhavam a prémio. Dois dias depois de estarem a receber a prémio, apareceu o Eng. José Lupi a querer obrigá-los a ceifar a mesma quantidade de arroz dos dias anteriores, mas sem o prémio. Os trabalhadores protestaram e começaram a fazer «cera».

Foram ameaçados com a vinda da GNR e como continuassem, chegou de novo o eng. J. Lupi que prosseguiu com as ameaças. Os trabalhadores não hesitaram, foram-se e ele, viraram-lhe o jeep e deram-lhe uma sova mestra. Como a GNR local não tivesse coragem de os enfrentar foram chamados reforços que prenderam 15 trabalhadores e espancaram muitos outros.

Bravo, trabalhadores do Rio Frio! Vós desteis aquilo a que se chama uma sova bem dada.

Continuai firmes e exigir a libertação dos vossos companheiros!

DECLARAÇÃO DO GOVERNO SOVIÉTICO acerca das críticas do governo chinês AO TRATADO DE MOSCOVO

No dia 1.º de Setembro um porta-voz do governo chinês fez uma declaração acerca do Tratado sobre as experiências nucleares. Nela o que salta à evidência é a vontade de «caluniar» o Partido Comunista da União Soviética e os outros Partidos Comunistas sobre numerosas questões em que a direcção do P.C. da China está em desacordo com o movimento comunista internacional.

O governo da União Soviética publicou por sua vez em 21 de Setembro uma declaração em que se examinam uma vez mais as divergências com a direcção do P.C. da China, sobretudo as ideias chinesas sobre as questões da guerra e da paz.

Nesta declaração o governo soviético, depois de afirmar que não responde «à injúria com a injúria», defende o tratado sobre a proibição das experiências nucleares pois com ele «não só acaba a poluição da atmosfera pelas matérias radioactivas como aumenta a confiança entre Estados de diferentes estruturas sociais, e por conseguinte contribui para o desanuviamento internacional».

O governo Soviético demonstra como os comunistas soviéticos foram nas negociações, fiéis às declarações saídas das Conferências de Todos os Partidos Comunistas e Operários, como toda a política exterior da URSS é fiel à palavra de ordem do marxismo-leninismo «um mundo sem armas, um mundo sem guerras».

Os dirigentes chineses vêem a questão da guerra e da paz sob um ângulo totalmente anti-marxista-leninista. Os camaradas soviéticos colocam assim o problema: «É preciso conduzir uma séria luta pela paz, fazer apelo a todos os meios possíveis nessa luta; é necessário seguir os princípios da coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes e isso como linha geral da política exterior? ou antes é preciso acompanhar os «raivos» e rivalizar com os imperialistas no agravamento da tensão internacional?» Como resposta a esta questão os dirigentes chineses limitam-se a perguntar se nas chamas da nova guerra a metade ou toda a humanidade vão ser destruídas. Se é «sómente» metade da humanidade, isso significa que se pode arriscar a guerra pois que a metade que sobreviverá terá «um futuro radioso». Pelo contrário, o governo soviético conclui sobre esta questão: «Pensamos que é completamente inadmissível para comunistas, discutir na base destas posições, quando se propõe definir a sua política segundo o número de vítimas destinadas a morrer na catástrofe termo nuclear uma metade da humanidade ou a humanidade inteira. Os destinos de todos os povos estão no coração dos marxistas-leninistas».

A declaração do governo soviético mostra como já em 1958 os líderes da República Popular da China expunham pensamentos deste género: «O ocidente pensa que a guerra fria lhe é vantajosa». Mas na realidade «ela é mais vantajosa para os nossos países». Sobre esta convicção construíram toda uma «teoria». «Por um lado os dirigentes chineses afirmam que a guerra se mantém inevitável enquanto subsista o imperialismo e divulgam as suas opiniões segundo as quais a tensão internacional, a «guerra fria»,

são coisas excelentes. Por outro lado eles dizem que se a guerra mundial fôr desencadeada, isso não terá nada de terrível visto que uma metade da humanidade sobreviverá e construirá um futuro ainda mais belo».

A declaração denuncia então a solução militar dos problemas de fronteira da China com a Índia, que não servirá a China pois «os povos constatarão com surpresa e aflição que um dos países socialistas, que tinha accedido muito recentemente à sua independência e que lhes servia de exemplo, se lançou num conflito militar contra um jovem Estado neutralista e, aproveitando-se da sua superioridade militar, procurou obter uma solução vantajosa para um problema respeitante a uma parte de território», contribuindo, na prática, ao reforçamento pelas potências imperialistas da sua influência nos países que têm alcançado a sua independência e, em primeiro lugar, a Índia.

A Declaração refere-se em seguida às violações da fronteira soviética por cidadãos chineses, e afirma terem-se registado 500 casos de violação, só em 1962. Essas violações são provocadas e sob orientação de organismos fronteiriços, como se provou numa directiva do comité popular da província de Helungkiang. O governo soviético tem proposto, mais duma vez, para se proceder a consultas afim de se evitar desacordos entre os dois países. «Ora a parte chinesa elude estas consultas, continuando a violar as fronteiras».

«Todavia — afirma a declaração — é encaminhar-se numa via muito perigosa esta forma de colocar artificialmente nos nossos dias quaisquer problemas territoriais, sobretudo nos países socialistas».

Mais adiante a declaração afirma: «Os processos indignos utilizados pelos dirigentes chineses na sua luta contra a política estrangeira leninista dos países socialistas, manifestam-se sobretudo nos seus raciocínios sobre a crise das Caraíbas. Um lugar importante é reservado a esta questão na declaração do 1.º de Setembro. Encontra-se aí a afirmação de que a causa da crise foram «as acções ligeiras dos dirigentes soviéticos», que a instalação em Cuba de foguetões soviéticos era uma «aventura». Encontram-se aí mesmo afirmações segundo as quais a retirada de Cuba desses foguetões era uma «capitulação». Encontra-se tudo isso na declaração do governo da República Popular da China. Uma coisa falta lá: a verdade». E depois de vários esclarecimentos a declaração transcreve o que o camarada Fidel Castro declarou sobre o papel que a União Soviética representou nessa crise: «Este país cobriu-se de glória para defender um pequeno povo distante de si vários milhares de milhas, lançou na balança da guerra termo-nuclear uma prosperidade ganha em 45 anos de trabalho criador e ao preço de enormes sacrifícios. O país dos Soviéticos perdeu, durante a Grande Guerra Nacional contra os fascistas mais vidas que toda a população de Cuba, para defender o seu direito à existência e ao desenvolvimento das suas enormes riquezas. Não hesitou em arriscar, uma guerra terrível para defender o nosso pequeno país! É um exemplo de comunismo!»

Depois de examinar alguns as-

pectos internos da China que mostrou os grandes erros da política económica chinesa chamada do «grande salto em frente». A Declaração analisa também as consequências nefastas que trariam ao povo chinês as experiências atómicas, e rejeita a acusação chinesa de que o governo soviético é favorável à ideia da aceitação das duas Chinas, lembrando todo o auxílio que tem dado à República Popular Chinesa.

Após várias considerações, a declaração do governo soviético afirma:

«A paz é a primeira condição para a consolidação e alargamento das posições do socialismo na arena internacional. O socialismo não tem necessidade de guerra. As condições da paz oferecem, ao socialismo, as favoráveis possibilidades de afirmar a sua superioridade em relação ao capitalismo, de obter êxitos na expansão económica, de desenvolver a democracia, de elevar o bem estar e a cultura do povo».

«A coexistência pacífica dos 2 sistemas dá lugar a um reganho de luta económica e política da classe operária, das largas massas de trabalhadores dos países capitalistas evoluídos contra o imperialismo, pelas suas reivindicações vitais, pelo socialismo. A vaga do movimento grevista sobe cada vez mais alto. Se em 1958 tinham participado nos movimentos grevistas 13,8 milhões de pessoas, em 1961 contavam-se mais de 60 milhões. O movimento comunista internacional transformou-se numa força política, a mais importante dos nossos dias». E esta questão termina assim na declaração soviética: «Os povos nunca perdoariam aos que dum maneira ou doutra lançassem a humanidade na guerra termo-nuclear, quaisquer que fossem as frases revolucionárias com que a mascarassem».

Os teóricos chineses melem no mesmo saco, conscientemente, uma multidão de diferentes questões: a guerra mundial, as guerras locais, as guerras de libertação nacional e as guerras civis, as sublevações populares, as vias pacíficas e não pacíficas da Revolução. Recorrem a isso para desnaturar a atitude do P.C.U.S. e dos outros Partidos irmãos, para fazer acreditar que o movimento comunista, ao defender a paz, se ergue simultaneamente contra a Revolução». A estes teóricos respondeu a Declaração: «Nós partimos da existência de diversas formas de luta, de facto que as forças revolucionárias devem poder utilizar todas essas formas, pacíficas ou não, e escolher essas formas de luta segundo a situação dada. Trata-se de uma atitude verdadeiramente leninista, a única justa. Ela é consagrada pelos documentos básicos do movimento comunista internacional».

Discutindo os argumentos da direcção chinesa numa base ideológica, a Declaração prova que «a teoria» da «guerra revolucionária» para fazer progredir o processo revolucionário não é nova: foi retirada dos poeirentos arquivos trostkistas. Esta teoria pseudo-revolucionária tinha sido refutada por V.I. Lênine. «Eis que agora, bastantes anos depois, quer-se dar a esse esquema um carácter universal e impô-lo às forças revolucionárias». Depois de mostrar que Mao-Tsé-Tung declara abertamente «que se pode reconstruir o mundo só com a ajuda das espingardas», «que se pode destruir a guerra só pela guerra», que a guerra é a ponte pela qual «a humanidade passará para uma nova época histórica», a Declaração cita Lênine, que dizia: «Se calhar os nossos antepassados imaginam que os interesses da Revolução mundial exigem que se estimule e que se a guerra

poderia ser esse estimulante enquanto que a paz pelo contrário daria às massas a impressão que de certa forma se «legitima» o imperialismo. Uma tal «teoria» estaria em contradição flagrante com o marxismo que negou sempre que se possam «estimular» as revoluções, as quais se desenvolvem à medida que se agravam as contradições de classes que as engendram. Sustentar uma tal «teoria» equivaleria a afirmar que a insurreição armada é sempre e em todas as circunstâncias uma forma de luta obrigatória».

Lênine considerava com humor aquela teoria uma «comichão na frase revolucionária». Dizia mais: «É preciso combater a frase revolucionária, é preciso combatê-la e fazê-lo obrigatoriamente para que se não diga um dia de nós esta amarga verdade: «A frase revolucionária sobre a guerra revolucionária perdeu a revolução».

Logo a seguir a Declaração esclarece: «O marxismo-leninismo ensina que para a vitória da revolução são necessárias condições objectivas e subjectivas. A luta pela revolução nos países do capital é uma questão interior do movimento operário de cada país. Unicamente a classe operária e a sua vanguarda comunista deste ou daquele país podem escolher a táctica revolucionária, as formas e os métodos da sua luta, determinar a data e as formas da revolução».

Finalmente, a Declaração afirma que é com «a mais profunda apreensão» que se constata os ataques virulentos contra a União Soviética e o progressivo afastamento pelos dirigentes chineses da linha geral acordada pelos países da comunidade socialista e das directivas do programa e dos princípios do movimento comunista mundial. E acrescenta:

«Enquanto que o P.C.U.S. e o governo soviético aspiravam e aspiram sinceramente a reforçar a unidade do campo socialista e do movimento comunista mundial, os dirigentes da República Popular da China vão cada vez mais longe no caminho da cisão».

Isso mostra que os dirigentes do PCC saíram do quadro da discussão entre camaradas e entre os Partidos e dirigem agora abertamente contra o P.C.U.S. e os outros partidos marxistas uma luta política pelos seus próprios objectivos.

Quase a finalizar, a Declaração ainda diz: «O nosso desejo de utilizar todas as possibilidades para ultrapassar os desacordos é ditado pela preocupação sincera pelos interesses dos países da comunidade socialista e do movimento comunista mundial, pelo reforçamento da paz e da segurança de todos os povos. Fizemos e fazemos tudo quanto nos é possível para obter a coesão com a China, para consolidar a unidade das fileiras comunistas».

Mas os dirigentes chineses cometeriam um grande erro se interpretassem erradamente a nossa boa vontade. Se eles têm a intenção de praticar no futuro as mesmas acções hostis contra a União Soviética, de continuar a caluniar o nosso Partido e os Partidos irmãos, de intensificar a sua actividade fraccional no movimento comunista mundial, devem dar-se bem conta que se chocarão nessa via com a resposta mais resolutiva da parte do P.C.U.S. e de todo o povo soviético».